

# DESENVOLVIMENTO COM CIDADANIA E QUALIDADE DE VIDA

O DESAFIO DE PLANEJAR AS CIDADES



# DESENVOLVIMENTO COM CIDADANIA E QUALIDADE DE VIDA

O DESAFIO DE PLANEJAR AS CIDADES



# Índice

APRESENTAÇÃO	6
União Nacional da Construção	8
UNC 2010	8
A IMPORTÂNCIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL	10
Mais investimentos	12
Emprego e renda	12
Tributação	14
Os eventos esportivos	16
OS DESAFIOS PARA O BRASIL	18
1 - O Desafio das Cidades	19
Mobilidade Urbana	19
Saneamento	20
Novo Funding para habitação	20
2 - Infraestrutura e grandes eventos esportivos	21
Infraestrutura	21
Investimento	21
Planejamento	23
3 - Melhoria do Ambiente de Negócios	23
Burocracia e capacitação da gestão pública	23
Melhoria na Competitividade e Produtividade	24
Licenciamento e órgãos de controle	25
Insegurança Jurídica	25
4 - Inovação/Meio Ambiente/Sustentabilidade	27
Sustentabilidade e inovação	27
Meio Ambiente	27
Capacitação	27
ORGANIZAÇÕES DA CADEIA PRODUTIVA DA CONSTRUÇÃO	28
Organizações apoiadoras:	34



# APRESENTAÇÃO

O presente documento tem como objetivo contribuir para o início de um diálogo entre a cadeia produtiva da construção e os candidatos à presidência da República nas eleições de 2010. Ele foi elaborado especialmente para ser entregue aos três principais candidatos à presidência durante o 82º Encontro Nacional da Indústria da Construção, a ser realizado em junho de 2010, em Maceió (AL).

Esta é apenas a primeira etapa de um processo que só será concluído após o período eleitoral.

A União Nacional da Construção (UNC) vai acompanhar e debater ao longo do ano as principais propostas dos candidatos ao setor e ao país.

Ao final, a UNC entregará ao presidente eleito e a sua equipe de governo um conjunto de propostas para o desenvolvimento sustentável do país.

Paulo Safady Simão  
**CBIC/CNI**

José Carlos de Oliveira Lima  
**SINAPROCIM/FIESP**

## União Nacional da Construção

Criada em 2006, a União Nacional da Construção é um fórum político permanente que reúne cerca de 40 entidades nacionais apoiadas por mais de 100 organizações regionais de toda a cadeia produtiva, com o objetivo de formular propostas de políticas públicas para o país.

Em seu primeiro momento, a UNC coordenou um amplo estudo que mostrava como o setor da construção poderia contribuir com o desenvolvimento sustentado do país. O trabalho apresentava uma série de ações efetivas, capazes de elevar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) por meio de investimentos na área da construção civil.

A UNC indicava que o Brasil poderia subir posições no ranking que mede o bem-estar social com investimentos em infraestrutura, saneamento e habitação.

Durante a campanha eleitoral de 2006, a UNC apresentou um conjunto de propostas aos candidatos à presidência da República. Entre elas estavam: investimentos para projetos de habitação social, criação de um fundo para financiar obras de infraestrutura e a indicação para que os financiamentos a projetos auto-sustentáveis de saneamento fossem considerados como investimentos e não como dívida pública.

A articulação promovida pela União Nacional da Construção contribuiu para a formulação de políticas públicas que reconheceram a importância do setor como elemento indutor do crescimento. Os investimentos em obras voltadas aos eixos estratégicos geraram volumes recordes de emprego, aqueceram a economia brasileira e asseguraram que o Brasil pudesse superar a crise econômica internacional de forma mais rápida que outros países.

## UNC 2010

Este ano a UNC volta a se articular. Mais uma vez, o objetivo do movimento dos empresários da construção é contribuir para o desenvolvimento do país de forma sustentável, com foco na melhoria da qualidade de vida da população.

**Ao longo do ano, a UNC reunirá informações para a elaboração de uma série de propostas a serem apresentadas ao presidente eleito e sua equipe econômica.** A União Nacional da Construção quer contribuir na formulação de medidas necessárias à solução de entraves que comprometem o crescimento e inibem os investimentos importantes para a infraestrutura do país.



# A IMPORTÂNCIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL

A continuidade de políticas econômicas responsáveis ao longo dos últimos 16 anos (o câmbio flutuante, a responsabilidade fiscal, o controle da inflação, a obtenção de reservas internacionais em nível satisfatório e um sistema financeiro sólido e rentável) sedimentou o compromisso dos governos com a manutenção desses avanços e permitiu sobrepor as oportunidades frente aos riscos, na garantia do enfrentamento das dificuldades.

No sentido de consolidar as conquistas econômicas, teve papel importante não apenas o cenário macroeconômico estável, que permite certo grau de previsibilidade das principais variáveis da economia (juros, câmbio, estabilidade de preços e custos, elevação da renda etc), mas também a formação de um ambiente de negócios favorável, democrático e com regras claras.

Neste cenário de mercado doméstico fortalecido, a construção civil tem se confirmado como um importante vetor de desenvolvimento econômico. Forte gerador de emprego e renda, o segmento ajuda a resolver gargalos sociais importantes do país, como o déficit habitacional e a deficiência de infraestrutura. Além disso, afeta pouco as contas externas, uma vez que possui baixo consumo de insumos importados, o que estimula outros setores da indústria nacional.

**Atualmente, segundo dados da Fundação Getúlio Vargas, a cadeia produtiva da construção, em nível nacional, representa 9,2% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e emprega mais de 10 milhões de pessoas (considerando os empregos formais e informais).** Em números absolutos, toda cadeia produtiva da construção foi responsável por um PIB (valor agregado) de R\$ 229 bilhões em 2008. Por cadeia da construção entende-se todo o processo que começa na extração de matérias-primas, passa pela fabricação de materiais, pela comercialização, projeto/planejamento, financiamento e chega à ponta, na atividade da construção.

Deste modo, o Brasil tem elevado sua participação entre as economias emergentes e passa a figurar no centro das atenções. Esse destaque se deve ao fato de as economias centrais ainda estarem contabilizando perdas e mostrando uma recuperação lenta frente à crise internacional deflagrada no segundo semestre de 2008. Diante de uma série de dados positivos (a indicação de grau de investimento pelas maiores agências classificadoras de risco, a conquista do Brasil como sede da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016, além da descoberta do pré-sal), o país já é apontado como candidato a ocupar a posição de quinta economia mundial nos próximos anos.

O salto econômico, no entanto, não foi acompanhado de avanços significativos em pontos que já eram apresentados como barreiras ao crescimento, o que fez ressurgir alguns riscos. **Questões como burocracia, custos tributários e trabalhistas, infraestrutura precária e baixa taxa de investimento (principalmente da parcela pública) permanecem freando o desenvolvimento brasileiro.**

## MAIS INVESTIMENTOS

Não há dúvida de que os investimentos terão papel importante no atual cenário de crescimento econômico do país neste e nos próximos anos. A estimativa do mercado financeiro é que a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) – ou seja, o investimento fixo realizado no país – crescerá em torno de 21% em 2010 e mais 8,5% em 2011.

**A construção civil contribui com aproximadamente 40% do que é investido atualmente no Brasil e é fundamental para garantir o crescimento sustentável ao longo do tempo.** Além disso, o investimento em construção ajuda a reduzir riscos inflacionários no médio e longo prazo já que, em um primeiro momento, aumenta o consumo de fatores de produção e o nível de utilização da capacidade já instalada. Mas, no momento seguinte, com a maturação desses gastos, expande-se a capacidade de oferta da economia, permitindo que ela cresça sem o aparecimento de desequilíbrios ou pressões sobre preços.

Entretanto, a elevação da taxa de investimento pressupõe como contrapartida uma maior disponibilidade de poupança. Nesse ponto, o país enfrenta problemas devido a uma baixa taxa de poupança doméstica, quando comparada à dos demais países emergentes.

## EMPREGO E RENDA

Dados do mercado de trabalho são importantes fontes de referência do desempenho da economia e refletem bem o comportamento das atividades setoriais. Foi por meio desse indicador que a crise econômica, no final de 2008, mostrou um dos seus piores aspectos. Mas também é pelo emprego que se evidencia o processo de recuperação da economia.

A expansão da cadeia produtiva da construção no início de 2008 significou 700 mil novos empregos em relação ao ano anterior. No mesmo ano, a cadeia produtiva da construção manteve



mais de 10 milhões de posições de trabalho, entre empregados (com e sem carteira de trabalho), trabalhadores autônomos e proprietários. As remunerações do trabalho (salários, pro labore e pagamento a terceirizados) somaram R\$ 77 bilhões em 2008. Na construção civil foram pagos R\$ 44 bilhões e, somente na indústria de materiais de construção, quase R\$ 13 bilhões.

Esses indicadores mostram a força do setor. Após setembro de 2008, com o agravamento da crise, a construção civil contabilizou a redução de vagas apenas em dois meses (novembro e dezembro de 2008). Ao longo de 2009, gerou 177.185 novos postos de trabalho no país, um dos melhores resultados observados para o período. A partir de janeiro de 2009, as empresas voltaram a contratar e em julho a construção civil já havia recuperado todas as vagas perdidas no pior momento da crise, ou seja, a resposta da construção na geração de empregos é uma de suas grandes qualidades. **Em 2010, a expectativa é que serão gerados, somente nas construtoras, 470 mil novos postos de trabalho – um recorde histórico para o setor.**

Entretanto, os resultados poderiam ser ainda melhores caso se atuasse de forma determinante sobre dois fatores: o elevado custo dos encargos trabalhistas sobre a mão de obra e a escassez de profissionais qualificados. Segundo estudo realizado pela CBIC, a diferença entre o custo nominal do trabalho e o seu custo final chega a 135,72%, considerando apenas os encargos comuns às unidades da federação, o que poderia ser agravado se fossem somados ainda periculosidade, insalubridade e outros benefícios.

Soma-se a este fator a necessidade de maior disponibilidade de mão de obra qualificada, o que torna fundamental a promoção da formação e da capacitação continuadas. Com o objetivo de formar profissionais, entidades representativas do setor e as próprias empresas têm investido em cursos próprios de treinamento.

## TRIBUTAÇÃO

Outro indicador que confirma a força da cadeia da construção é a geração de tributos. O setor recolheu aos cofres públicos, em 2008, um total de R\$ 54 bilhões. Desse valor, R\$ 23,4 bilhões eram referentes a impostos sobre a produção e a importação, e R\$ 30,6 bilhões relativos a impostos sobre a renda e a propriedade. A construção civil, centro da cadeia produtiva, recolheu R\$ 26,1 bilhões, e a indústria de materiais, R\$ 10,9 bilhões.



## OS EVENTOS ESPORTIVOS

A conquista do direito de realizar a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016 trouxe à tona a necessidade de novos investimentos no país. O volume necessário para as áreas de infraestrutura e serviços é da ordem de R\$ 59,5 bilhões nos próximos oito anos, segundo estudo elaborado pela Fundação Getúlio Vargas. Esse recurso será direcionado para a construção e reforma de estádios e aeroportos, desenvolvimento de sistema de transporte de acesso a eventos, ampliação da rede hoteleira do país e outros serviços, como treinamento e segurança dos dois eventos. É importante ressaltar que esses investimentos têm efeitos multiplicadores por toda a economia.

### EXPECTATIVA DE CRESCIMENTO DE INVESTIMENTOS NOS EVENTOS ESPORTIVOS (R\$ BILHÕES):

Ano	Recursos
2011	4,5
2012	7,5
2013	17,9
2014	11,8
2015	13,2
2016	4,4

*Fonte: Estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em parceria com a Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (Abramat).*

Mas os investimentos não devem se restringir à realização dos dois eventos esportivos. O setor da construção defende que a Copa e as Olimpíadas sejam oportunidades para deixar um legado para o país, em especial, na área de infraestrutura urbana.



# OS DESAFIOS PARA O BRASIL

## 1 - O Desafio das Cidades

Dados do IBGE demonstram que mais de 80% da população brasileira atualmente mora nas cidades. Essa situação pressupõe um enorme conjunto de ações sobre os espaços urbanos que permitam melhorar as condições de infraestrutura dessas comunidades: abastecimento de água, sistemas de esgoto, mobilidade, entre outros itens necessários para a elevação da qualidade de vida.

O crescimento desordenado, principalmente nos grandes centros, resultou na formação de assentamentos precários e na ocupação de áreas de maior vulnerabilidade, como encostas e regiões suscetíveis a inundações. O planejamento demanda a implementação de políticas permanentes que estimulem a ampliação da oferta de transporte coletivo, terrenos urbanizados, moradia digna e outros serviços fundamentais.

### MOBILIDADE URBANA

Estudos realizados a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD 2007 e do Plano Nacional de Habitação – PLANHAB sobre o déficit habitacional brasileiro **indicam que o país precisa construir 31 milhões de novas moradias até 2023. Essa é a meta a ser alcançada se o Brasil quiser zerar o déficit habitacional e acabar com as habitações precárias. O problema se torna ainda mais complexo considerando a escassez de terrenos disponíveis dentro da área urbanizada das cidades** - o que leva as populações mais pobres a morarem em locais cada vez mais afastados e sem acesso a equipamentos públicos. Na outra ponta do problema está a busca de soluções que tornem possível a urbanização de terrenos em áreas fora dos grandes centros, sem elevar sobremaneira o preço da terra, inviabilizando a realização de projetos de moradias populares.

Atualmente esses temas têm se mostrado grandes limitadores da expansão sustentável das cidades e gerado um conjunto de conseqüências negativas à economia e à vida da população que vão desde a perda de tempo e produtividade no trabalho ao aumento da poluição e dos números de acidentes.

## SANEAMENTO

**Segundo estudos recentes, a cobertura da rede geral de esgoto do país é de 67% das moradias nas capitais e 53% nas periferias das metrópoles.** Nas áreas rurais, o nível de cobertura não passa de 4% das residências. Para agravar a situação, apenas 34% de todo o esgoto recolhido é efetivamente tratado.

Tanto no caso do saneamento, quanto no aspecto do abastecimento de água, empresas endividadas, com baixa capacidade de investimento, limitações técnicas e - por vezes - gerenciadas de forma inadequada, geram elevados índices de perda. No abastecimento de água, por exemplo, essas perdas chegam a 40% de todo o volume da água tratada. Entre as razões, estão o furto e problemas de gestão e manutenção do sistema. Ao mesmo tempo, a legislação atual cria limitações que impedem a participação da iniciativa privada em projetos de concessão de saneamento.

Para universalizar o acesso aos serviços de água e esgotos até 2020, o país precisaria elevar os investimentos – atualmente em R\$ 8 bilhões ao ano - para a cifra de R\$ 23 bilhões, a partir de 2011.

## NOVO FUNDING PARA HABITAÇÃO

Os recursos da Caderneta de Poupança e do FGTS garantiram ao longo dos anos a produção e aquisição de mais de 10 milhões de moradias. Apesar da contribuição expressiva ao enfrentamento do déficit habitacional no país, a carência de moradias ainda se mantém no patamar superior a 6,3 milhões, segundo a Fundação João Pinheiro. Mantido o atual ritmo de financiamentos imobiliários, em um curto espaço de tempo será necessária a criação de novos fundings para atender à crescente demanda.

O emprego e a renda têm evoluído e as expectativas são de que o país continuará crescendo a taxas médias de 5% ao ano. Essa realidade, associada às necessidades habitacionais, deve produzir uma demanda ainda maior por financiamentos.

## 2 - Infraestrutura e grandes eventos esportivos

### INFRAESTRUTURA

O Brasil enfrenta graves problemas de infraestrutura que impactam diretamente na qualidade de vida da população e tornam a nossa economia menos competitiva. Essa situação é resultado da deficiência histórica de investimentos por parte do Estado e da iniciativa privada. Sabemos que os investimentos públicos em infraestrutura não superam o patamar de 2% do PIB – um volume de recursos que corresponde à metade dos investimentos da Índia e representa um terço dos recursos empregados na China.

Além do baixo volume de investimentos, o setor público ainda enfrenta o problema da baixa execução dos recursos disponíveis.

No tocante à matriz de transporte, por exemplo, o Brasil apresenta um desequilíbrio estrutural. O modelo rodoviário é dominante com 58% de todo o transporte de mercadorias do país; o sistema ferroviário representa 25%; o aquaviário 13% e os demais respondem por aproximadamente 4% de tudo o que é transportado. Países com configuração territorial semelhante à brasileira possuem uma melhor distribuição entre os modais.

### INVESTIMENTO

A capacidade de poupança do setor público vem se mantendo em níveis extremamente reduzidos nas últimas décadas. Ao mesmo tempo, o incremento na arrecadação de tributos (que retirou também parte da capacidade privada de investir) foi sistematicamente canalizado para outras despesas e não para investimentos.

O resultado é que o crescimento da taxa de investimento no Brasil ainda depende fundamentalmente do capital estrangeiro (poupança externa) para se financiar. Isso representa um risco para o país, diante das incertezas do cenário internacional. Ao mesmo tempo, o aumento da poupança interna, principalmente a pública, que não se dá pela redução de gastos, mas pela elevação do endividamento, da tributação, ou mesmo monetização do déficit público, certamente comprometeria as bases do crescimento sustentado.



## PLANEJAMENTO

A ausência de uma cultura de planejamento é uma carência estrutural do Estado brasileiro, em todos os níveis. Em grande medida, a falta de planejamento está na origem de problemas graves, como: licitações públicas comprometidas, corrupção, desperdício, descontinuidade das ações de governo, atraso na entrega de obras e ambiente de insegurança para novos investimentos.

O Brasil precisa pensar grande e pensar antes. Para planejar bem o país tem, em primeiro lugar, de identificar os problemas estruturantes e, a partir daí, eleger uma ordem de prioridades. A etapa seguinte é definir o modelo a ser adotado para solucionar o problema: obra pública, concessão, privatização ou parcerias público/privada. Por último, é preciso definir o projeto de engenharia e arquitetura a ser implementado. Essas etapas são anteriores ao início das obras e asseguram a maior eficiência das políticas públicas. Infelizmente, na maioria das vezes, esse rito não é cumprido.

## 3 - Melhoria do Ambiente de Negócios

### BUROCRACIA E CAPACITAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA

O excesso de burocracia representa um dos mais antigos e complexos problemas com os quais os empresários se deparam no Brasil. Essa realidade atinge diretamente a competitividade das empresas, gera elevadas perdas de recursos e tempo, estimula a corrupção e empurra parte da economia para a informalidade. Além do elevado número de obrigações legais e normas que as empresas precisam cumprir, há ainda o problema das repetidas mudanças nessas normativas e a baixa eficiência da gestão pública – resultado da falta de qualificação técnica de parte dos gestores e técnicos do Estado.

**Um estudo realizado em 2007 estimou que as despesas com legalização, incluindo taxas de cartórios e prefeitura, representam 2,5% do total dos custos de construção de uma habitação popular.**

Um dos segmentos da economia mais sensíveis ao excesso de burocracia é a construção civil, obrigada a lidar com a legislação ambiental e financiamentos públicos.

## MELHORIA NA COMPETITIVIDADE E PRODUTIVIDADE

- **Modelo tributário** – No Brasil, o modelo é complexo e por vezes incongruente. O número de tributos e alíquotas é excessivo (só o ICMS, na combinação das várias bases de cálculo e alíquotas, gera 45 possibilidades de tributação). Ao final, o custo para as empresas do cumprimento das obrigações tributárias e acessórias é extremamente elevado. Um estudo do Banco Mundial aponta também que o Brasil é o campeão mundial em tempo despendido pelas empresas para cumprimento das obrigações tributárias.

Outra distorção é que o sistema onera excessivamente a folha de salários. A elevada tributação da folha não apenas prejudica a competitividade da economia brasileira, como estimula a informalidade, gerando um círculo vicioso onde a alta informalidade acaba exigindo uma carga mais elevada das empresas formais.

No setor da construção, a atual política de tributação dos insumos em cascata onera o produto final e inibe a inovação e a industrialização do processo construtivo.

- **Ambiente Político** – Recentes pareceres do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Superior Tribunal Federal (STF) sobre a titularidade do mandato político, além de denúncias de corrupção envolvendo ocupantes de cargos públicos, sentimento de impunidade, trocas de partido e a proliferação de legendas de aluguel intensificaram a discussão sobre o modelo político brasileiro, especialmente a partir de 2005.

A preocupação da sociedade e do setor produtivo quanto a estabilidade e governabilidade política esteve presente em inúmeras discussões sobre o tema frente à expectativa de que propostas geradas culminassem em ações concretas. Apesar desses esforços, poucos avanços foram observados nesse campo, identificando-se apenas alterações pontuais nas regras da política nacional, com maior ênfase no que tange à legislação eleitoral. De todo modo, tais alterações devem ser reconhecidas por seu resultado objetivo de atualizar a política brasileira às novas tecnologias e construções sociais.

O contexto político é fator importante para propiciar um ambiente de confiança aos investimentos privados. Nesse sentido, a transparência nos financiamentos de campanha é um dos temas mais importantes nessa agenda.



## LICENCIAMENTO E ÓRGÃOS DE CONTROLE

O setor da construção civil é particularmente prejudicado pela existência de legislações confusas e pelo conflito de competências entre órgãos de fiscalização e controle – em especial na área ambiental.

A complexidade das normas, a falta de padrão e o excesso de condicionantes ambientais, além da multiplicidade de critérios de análise utilizados – muitas vezes por um mesmo órgão – são obstáculos constantes para as empresas da construção.

Essa realidade, aliada à ação dos organismos de controle, focados em custos e processos em detrimento dos resultados, fragiliza o ambiente de negócios.

## INSEGURANÇA JURÍDICA

Os investimentos no setor da construção civil enfrentam um ambiente de insegurança jurídica, que inibe o capital privado, em especial o capital internacional, para quem a segurança nos negócios é questão fundamental. As constantes mudanças nas regras do jogo provocadas por decisões judiciais muitas vezes contraditórias ao marco legal; o descumprimento de contratos por parte dos gestores públicos e o conflito de competências entre agências reguladoras e outros entes do estado geram um quadro de atrasos ou não conclusão de obras, o que prejudica toda a sociedade, e não somente as empresas.



## 4 - Inovação/Meio Ambiente/Sustentabilidade

### SUSTENTABILIDADE E INOVAÇÃO

O setor da construção civil passa por profundas transformações. Novas tecnologias tornaram a atividade construtiva cada vez mais sustentável, contribuindo com ganhos ambientais, sociais e econômicos. O conceito de sustentabilidade na construção é caracterizado pela melhoria contínua dos processos empresariais, pela inovação na cadeia produtiva (tanto na adoção de novos materiais e equipamentos quanto na capacitação da mão de obra), pela formalização do trabalho e pela elevada produtividade.

**No Brasil, a ampliação do uso de práticas inovadoras no processo construtivo ainda é prejudicada pela ausência de políticas públicas que estimulem a pesquisa e permitam a aplicação de novas tecnologias nos canteiros de obras e em toda a cadeia produtiva.**

### MEIO AMBIENTE

Em relação aos modelos de políticas ambientais (ainda muito ideologizados), é importante reduzir a incerteza jurídica que envolve a regulação em meio ambiente. Os marcos regulatórios atuais elevam os custos da construção, produzem entraves e inibem os investimentos produtivos. Isso afeta a sustentabilidade das empresas, a capacidade de investimento e aumenta a insegurança jurídica dos contratos, principalmente públicos.

### CAPACITAÇÃO

O país vive o risco de um apagão de mão de obra qualificada em diferentes setores da economia. A situação é particularmente grave no segmento da construção civil. Segundo sondagens recentes, a falta de profissionais capacitados já é a maior preocupação dos empresários do setor neste momento, superando o tema da carga tributária. Este quadro dificulta o aumento da produtividade e os conseqüentes ganhos positivos na diminuição de preços e melhoria da qualidade, grandes preocupações do setor produtivo.

# ORGANIZAÇÕES DA CADEIA PRODUTIVA DA CONSTRUÇÃO

Associação Brasileira da Construção Industrializada de Concreto (ABCIC)

Associação Brasileira da Construção Metálica (ABCEN)

Associação Brasileira da Indústria de Blocos de Concreto (BLOCOBRASIL)

Associação Brasileira da Indústria de Iluminação (ABILUX)

Associação Brasileira da Indústria de Lajes (ABILAJE)

Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (ABRAMAT)

Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (ABINEE)

Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústrias de Base (ABDIB)

Associação Brasileira das Empresas de Engenharia de Manutenção Predial e Industrial (ABEMPI)

Associação Brasileira das Empresas de Serviços de Concretagem (ABESC)

Associação Brasileira das Empresas de Serviços de Conservação de Energia (ABESCO)

Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (ABECIP)

Associação Brasileira de Cimento Portland (ABCP)

Associação Brasileira de Engenharia e Consultoria Estrutural (ABECE)

Associação Brasileira de Engenharia Industrial (ABEMI)

Associação Brasileira de Fabricantes de Tubos de Concreto (ABTC)

Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)

Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura (ASBEA)

Associação Brasileira dos Fabricantes de Materiais e Equipamentos para Saneamento (ASFAMAS)

Associação Brasileira dos Fabricantes de Tintas (ABRAFATI)

Associação Brasileira dos Fabricantes de Tubos de Concreto (ABTC)

Associação Brasileira dos Produtores de Cal (ABPC)

Associação Brasileira de Construtores (ASBRACO)

Associação das Construtoras do Vale do Paraíba (ACONVAP)

Associação das Empresas de Obras de Pernambuco (AEOPE)

Associação das Empresas do Mercado Imobiliário de Alagoas (ADEMI-AL)

Associação das Empresas do Mercado Imobiliário de Goiás (ADEMI-GO)

Associação das Empresas do Mercado Imobiliário de Pernambuco (ADEMI-PE)

Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário da Bahia (ADEMI-BA)

Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal (ADEMI-DF)

Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário do Rio de Janeiro (ADEMI-RIO)

Associação dos Dirigentes das Empresas da Indústria Imobiliária de Sergipe (ADEMI-SE)

Associação Nacional das Empresas de Obras Rodoviárias (ANEOR)

Associação Nacional das Entidades de Produtores de Agregados para Construção Civil (ANEPAC)

Associação Nacional de Distribuidores e Processadores de Vidros Planos (ANDIV)

Associação Nacional de Fabricantes de Esquadrias de Alumínio (AFEAL)

Associação Nacional dos Comerciantes de Material de Construção (ANAMACO)

Associação Nacional dos Fabricantes de Cerâmica para Revestimento (ANFACER)

Associação Nacional dos Fabricantes de Esquadrias de Aço (AFEAÇO)

Associação Nacional dos Fabricantes de Telhas de Cimento e de Concreto (ANFATECCO)

Associação Paulista das Cerâmicas de Revestimento (ASPACER)

Associação Paulista de Empresários de Obras Públicas (APEOP)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

Câmara do Mercado Imobiliário de Minas Gerais (CMI-MG)

Câmara Estadual da Indústria da Construção de Santa Catarina (CEIC-SC)

Capítulo Nacional Brasileiro da Federação Internacional das Profissões Imobiliárias (FIABCI)

Centro Brasileiro da Construção em Aço (CBCA)

Centro de Integração Universidade - Construção e Consultoria (UNICCON)

Comitê Brasileiro de Construção Civil (COBRACON)

Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de São Paulo (CREA/SP)

Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS)

Instituto Brasileiro do Concreto (IBRACON)

Instituto de Arquitetos do Brasil - Diretoria Nacional IAB (IE Instituto de Engenharia)

Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais de São Paulo (INOCOOP-SP)

Instituto Falcão Bauer da Qualidade (IFBQ)

Serviço Social da Construção Civil do Estado de São Paulo (SECONCI)

Sindicato da Habitação e Condomínios do Paraná (SECOVI-PR)

Sindicato da Indústria da Cerâmica para Construção do Estado de São Paulo (SINDICERCON)

Sindicato da Indústria da Construção Civil da Região Noroeste do Paraná (SINDUSCON-NOR/PR)

Sindicato da Indústria da Construção Civil de Caxias do Sul (SINDUSCON-CAXIAS)

Sindicato da Indústria da Construção Civil de João Pessoa (SINDUSCON-JP)

Sindicato da Indústria da Construção Civil de Santa Maria (SINDUSCON-SM)

Sindicato da Indústria da Construção Civil de Teresina (SINDUSCON-PI)

Sindicato da Indústria da Construção Civil de Uberlândia, do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (SINDUSCON-TAP)

Sindicato da Indústria da Construção Civil do Amazonas (SINDUSCON-AM)

Sindicato da Indústria da Construção Civil do Ceará (SINDUSCON-CE)

Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal (SINDUSCON-DF)

Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo (SINDUSCON-SP)

Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de Tocantins (SINDUSCON-TO)

Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado do Espírito Santo (SINDUSCON-ES)

Sindicato da Indústria da Construção Civil do Norte do Paraná (SINDUSCON-NORTE)

Sindicato da Indústria da Construção Civil do Oeste do Paraná (SINDUSCON-OESTE/PR)

Sindicato da Indústria da Construção Civil do Rio Grande do Norte (SINDUSCON-RN)

Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado de Pernambuco (SINDUSCON-PE)

Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado de Sergipe (SINDUSCON-SE)

Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Pará (SINDUSCON-PA)

Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Paraná (SINDUSCON-PR)

Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Rio de Janeiro (SINDUSCON-RIO)

Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Rio Grande do Sul (SINDUSCON-RS)

Sindicato da Indústria da Construção de Estradas, Pavimentação e Obras de Terraplanagem em Geral no Estado do Rio Grande do Sul (SICEPOT-RS)

Sindicato da Indústria da Construção de Juiz de Fora (SINDUSCON-JF)

Sindicato da Indústria da Construção do Estado da Bahia (SINDUSCON-BA)

Sindicato da Indústria da Construção do Estado de Alagoas (SINDUSCON-AL)

Sindicato da Indústria da Construção e do Mobiliário de Leme (SICML)

Sindicato da Indústria da Construção e do Mobiliário de Santa Gertrudes (SINCER)

Sindicato da Indústria da Construção no Estado de Goiás (SINDUSCON-GO)

Sindicato da Indústria da Construção no Estado de Minas Gerais (SINDUSCON-MG)

Sindicato da Indústria da Construção Pesada do Estado de São Paulo (SINICESP)

Sindicato da Indústria da Construção Pesada no Estado de Minas Gerais (SICEPOT-MG)

Sindicato da Indústria de Artefatos de Metais Não Ferrosos no Estado de São Paulo (SIAMFESP)

Sindicato da Indústria de Chapas de Fibra e Aglomerados de Madeira do Estado de São Paulo (SINDIFIBRA)

Sindicato da Indústria de Condutores Elétricos, Trefilação e Laminação de Metais Não Ferrosos do Estado de São Paulo (SINDICEL)

Sindicato da Indústria de Esquadrias e Construções Metálicas do Estado de São Paulo (SIESCOMET)

Sindicato da Indústria de Instalações Elétricas, Gás, Hidráulicas e Sanitárias do Estado de São Paulo (SINDINSTALAÇÃO)

Sindicato da Indústria de Lâmpadas e Aparelhos Elétricos de Iluminação no Estado de São Paulo (SINDILUX)

Sindicato da Indústria de Mármore e Granitos do Estado de São Paulo (SIMAGRAN)

Sindicato da Indústria de Material Plástico do Estado de São Paulo (SINDIPLAST)

Sindicato da Indústria de Mineração de Pedra Britada do Estado de São Paulo (SINDIPEDRAS)

Sindicato da Indústria de Pinturas, Gesso e Decorações do Estado de São Paulo (SIPIGEDESP)

Sindicato da Indústria de Produtos de Cimento do Estado de São Paulo (SINPROCIM)

Sindicato da Indústria de Proteção, Tratamento e Transformação de Superfícies do Estado de São Paulo (SINDISUPER)

Sindicato da Indústria de Serrarias, Carpintarias, Tanoarias Madeiras Compensadas e Laminados no Estado de São Paulo (SINDIMAD)

Sindicato da Indústria de Tintas e Vernizes do Estado de São Paulo (SITIVESP)

Sindicato da Indústria de Vidros e Cristais Planos e Ocos no Estado de São Paulo (SINDIVIDROS)

Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Adm. de Imóveis e dos Cond. Residenciais e Comerciais do Est. do Rio de Janeiro (SECOVI-RJ)

Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais de São Paulo (SECOVI-SP)

Sindicato das Indústrias Cerâmicas de Porto Ferreira (SINDICER)

Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Maranhão (SINDUSCON-MA)

Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Passo Fundo (SINDUSCON-PASSO FUNDO)

Sindicato das Indústrias de Beneficiamento e Transformação de Vidros e Cristais Planos do Estado de São Paulo (SINBEVIDROS)

Sindicato das Indústrias de Calcário e Derivados para uso Agrícola do Estado de São Paulo (SINDICAL)

Sindicato das Indústrias de Cerâmica Sanitária do Estado de São Paulo (SINDICERAMICA)

Sindicato das Indústrias de Extração de Areia do Estado de São Paulo (SINDAREIA)

Sindicato Nacional da Indústria de Máquinas (SINDIMAQ)

Sindicato Nacional da Indústria de Produtos de Cimento (SINAPROCIM)

Sindicato Nacional da Indústria de Trefilação e Laminação de Metais Ferrosos (SICETEL)

Sindicato Nacional da Indústria do Cimento (SNIC)

Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva - Direção Nacional (SINAENCO)

Sindicato Nacional das Indústrias Siderúrgicas (SNIS)

## Organizações apoiadoras:

Associação Comercial de São Paulo (ACSP)

Confederação Nacional da Indústria (CNI)

Escola Politécnica da USP (POLI/USP)

Escola Senai/SP “Orlando Laviero Ferraiuolo” (SENAI)

Federação das Indústrias do Distrito Federal (FIBRA)

Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB)

Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (FIEP)

Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul (FIEMS)

Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (FEIPE)

Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - Comitê da Cadeia Produtiva da  
Construção Civil (FIESP/COMCIC)

Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte (FIERN)

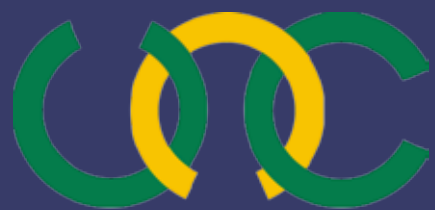
Federação do Comércio do Estado de São Paulo (FECOMERCIO)

Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT)

Sindicato da Indústria da Extração de Minerais Não Metálicos do Estado de São Paulo  
(SINDEXMIN)

Sindicato da Indústria de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares do Estado de São Paulo  
(SINAEES)

Sindicato da Indústria de Móveis de Junco e Vime e Vassouras e de Escovas e Pincéis  
do Estado de São Paulo (SIMVEP)



União Nacional da  
**Construção**